



Feiras enquanto paisagens multiespecíficas: perigo e confiança nas relações entre humanos, animais e plantas nas feiras-livres de Goiânia

Carolina Cadima Fernandes Nazareth¹

Resumo

Entre outras coisas, como o agronegócio e a música sertaneja, Goiânia também é conhecida por suas centenas de feiras espalhadas por toda a cidade que movimentam a economia local. Durante a minha pesquisa de doutorado, as feiras foram o foco de análise e ao ir à campo saltaram aos olhos outras relações para além das que já eram esperadas (humanos entre si). Numa enxurrada de cores, cheiros e sabores, a participação de outros agentes passou a ser frequente nas análises. Ou seja, participam das feiras mais agentes do que verificamos em um primeiro olhar, logo, animais, plantas (alimentos ou não), insetos, bactérias, vírus, entre outros, coabitam o mesmo espaço e participam, à sua maneira, das relações ali estabelecidas. De maneira diferente, participam, também, normas, legislações e regras tácitas permeiam relações.

Palavras-chave: Feiras, Goiânia, Humanos, Não-humanos, Multiespécies

¹ Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFG) da Universidade Federal de Goiás. E-mail: carolina.cadima@hotmail.com

As feiras

Segundo o Censo 2023, a cidade de Goiânia possui uma população de 1.437.366, ocupando a posição de segunda maior do Centro-Oeste, atrás, apenas, de Brasília que possui mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2023). As feiras chamam a atenção dos visitantes da capital goiana, tanto pelas suas extensões quanto por sua quantidade. No total, Goiânia possui 148 feiras, sendo 26 especiais e 122 livres, implantadas, orientadas e supervisionadas pela Secretaria Municipal do Trabalho, Indústria, Comércio e Serviços (Goiânia, s/d). Esse número pode não parecer expressivo, mas em comparação com outras capitais, é bastante alto. Porto Alegre, por exemplo, possui uma população de pouco mais de 1,2 milhão de habitantes e conta com 52 feiras.

Historicamente, as feiras datam do século IX na Europa e do século XVII no Brasil. Cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Recife já se alimentavam com base no comércio de rua, principalmente do trabalho de quitandeiras² e produtores rurais. Porém, foi só no século XX, em 1904, através do decreto 997 que, a então capital brasileira, Rio de Janeiro, institucionalizou as feiras, que a partir de então estabeleceram-se legalmente. Apenas em 1914, as feiras foram oficializadas no estado de São Paulo e só a partir da década de 1940, elas são oficializadas na capital Goiana, com o objetivo de abastecer a cidade recém-inaugurada. Ou seja, cada região brasileira desenvolveu suas próprias regras e legislações em relação ao mercado de rua, de acordo com suas necessidades. (Mascarenhas, 2005; Graham, 2013; Sato, 2012)

As feiras livres podem ser definidas como grandes mercados a céu aberto, nos quais se trocam, principalmente, alimentos in natura, alimentos minimamente processados como queijos e pães, e ainda, utensílios, roupas, brinquedos, calçados, entre outros produtos. A denominação livre é mais recente e está correlacionada à venda de produtos livres de impostos no Brasil. (Mascarenhas, 2005)

² Quitandeiras são, em sua maioria, mulheres conhecidas por preparar e vender seus quitutes em tabuleiros. Essa prática data do período colonial, e possui representantes em estados como Pernambuco, Bahia, Pará, Goiás e Minas Gerais. A grande maioria das quitandeiras eram mulheres negras escravizadas ou forras que vendiam roscas, bolos, biscoitos e doces como uma forma de aquisição de renda. A prática ainda é comum nesses estados, sendo, inclusive, objeto de análise de registro como patrimônio imaterial.

É interessante termos em mente que a instituição das feiras no século 1900³ no Rio de Janeiro, se deu, principalmente, como uma estratégia de organização das cidades e higienização das ruas. Classificar as feiras e bancas por produtos, horários de abertura e fechamento, acomodá-las num espaço restrito assegurava, de certa forma, um controle sobre o comércio e sobre a própria rua.

Tal estratégia estava correlacionada à Reforma Pereira Passos, uma tentativa de europeização do Rio de Janeiro, no início do século XX. A reforma foi responsável pela demolição de casas, principalmente casarões que serviam como moradias coletivas e contavam com pouco ou nenhum saneamento básico. Além dessas ações, a preocupação com epidemias de malária, febre amarela e varíola foi responsável por movimentos ofensivos de vacinação, que culminaram no movimento conhecido como “Revolta da Vacina”, em 1904. (Santana e Soares, 2005).

A Reforma tinha, portanto, um cunho higienista e sanitarista, amparado na ideia de “limpeza” urbana, incluindo o desalojamento de pessoas e a criação de ruas largas, em uma tentativa de aproximação da capital francesa, como forma de modernização e distanciamento da imagem colonial e escravocrata da cidade⁴. Uma outra ação importante da Reforma foi a retirada de comércios ambulantes das ruas e substituir pelas feiras livres, mais organizadas e “limpas”, em uma tentativa de rearranjo da cidade. (Santana e Soares, 2005)

Porém, se nas primeiras décadas do século XX a feira foi ferramenta de organização e urbanização, com o passar do tempo perde espaço para os novos objetivos de desenvolvimento e comércio. Um bom exemplo desse processo foi o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante o governo Médici, no período da Ditadura Militar. Tal plano tinha como objetivo o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil. No capítulo II do PND, o documento orienta a aliança entre o setor público e privado para a modernização do comércio e estruturas de produção.

³ Ao dizer que as feiras foram institucionalizadas em 1904, parto do argumento da institucionalização dela na capital federal da época. Isso não significa que outras cidades já dispusessem de legislações ligadas aos mercados de rua.

⁴ O movimento de distanciamento da imagem que remetia ao “atraso”, ao período escravocrata e à ruralidade foi comum em diversas regiões. Em Goiânia, na década de 1930, o então governador Pedro Ludovico constrói do zero a cidade de Goiânia. O processo retira o título de capital da cidade de Goiás, considerada por muitos uma representação do atraso. Goiânia, então, torna-se símbolo do avanço do progresso no Centro-Oeste, que é reafirmada pela construção de Brasília, duas décadas depois.

Durante esse período, os supermercados tornaram-se mais populares e o discurso pró-modernidade foi um golpe para as feiras. (BRASIL, 1971)

Segundo Sato (2012), após os anos 1990, as feiras, que já concorriam com os supermercados, foram ainda mais atingidas devido o incentivo para o estabelecimento de grandes redes multinacionais de varejo, como Carrefour, Pão de Açúcar, Sé e Walmart, que concorriam em precificação e estrutura com as feiras. Logo, as feiras estavam envoltas em discursos que as aproximavam do atraso da primeira metade do século XX e, também, da concorrência.

Juntamente com tais embates, algumas críticas surgem, principalmente, pela feira se estabelecer fora de ambientes controlados e não possuir formas eficientes de refrigeração ou controle de pragas. As feiras que são ambientes mais fluidos, absorvem as características da rua e estão sujeitas ao ambiente e ao clima. Além disso, se inserem no espaço público e aberto, o que permite a entrada de pessoas e animais livremente. É interessante trazer essa correlação, pois a disputa ligada à segurança sanitária é um dos grandes argumentos para a desqualificação das feiras, principalmente a partir dos anos 1970. As grandes redes de supermercados acabam figurando como um ideal de controle e limpeza.

A ideia de controle em estabelecimentos como indústrias e supermercados pode ser questionada pelo grande número⁵ de estabelecimentos autuados pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) pelo descumprimento de exigências sanitárias, como armazenamento e boas práticas. Apesar das exigências legais, é importante ter em mente que uma produção totalmente esterilizada é impossível, mesmo com regras rigorosas. (BRASIL, 2023)

A própria legislação, através da RDC 14/2014, estabelece um limite de tolerância para a presença de “matérias estranhas” em alimentos e bebidas. Porém, ainda figuram no imaginário social uma certa noção de segurança e purificação em relação ao produto industrializado, principalmente quando se comparada com alimentos comercializados e consumidos em feiras, já que a “comida de rua” não participa do

⁵ Entre os anos de 2018 a 2022, 16269 empresas do ramo alimentício (indústrias de produtos de origem animal, vegetal e orgânica), foram autuadas e julgadas pela MAPA por descumprimentos de regras e legislações sanitárias. Esses dados apresentam apenas números referentes a indústrias, estabelecimentos comerciais não estão contabilizados. Fonte: BRASIL, 2020.

mesmo processo de controle por ser inviável, tanto pela estrutura da própria feira, quanto por questões econômicas.

Durante o campo, a preocupação com a higiene e um certo controle em relação ao alimento apareceu como um diferencial do próprio feirante. Além da disponibilização de recipientes com álcool gel, outras medidas eram tomadas individualmente, como o uso de máscara, água e detergente, troca de material e faixas de isolamento.

É importante nos atentarmos para o seguinte fato: boa parte das medidas de proteção e higiene não eram recorrentes antes de 2020 e isso diz muito sobre a emergência de algumas noções de risco surgidas com o aparecimento da Covid-19 e o agenciamento dos vírus e bactérias desde então. Partindo disso, a proposta deste trabalho é pensar como os não-humanos e estabelecem relações entre si e entre humanos partindo da ideia de que a feira pode ser pensada enquanto paisagem multiespecífica desde sua fundação.

Nesse sentido, participam das feiras: bactérias, fungos, vírus e, ainda, plantas e animais, que criam relações para além das humanas. Caminhando por essas relações, proponho discutir, principalmente, o agenciamento de duas espécies de atores que chamaram a atenção em campo: pombos e plantas. Os primeiros, por serem animais sinantrópicos não desejados na feira, estabelecem relações de risco, abrindo espaço para discussões de saúde e doença, assim como pureza e perigo dentro de um ambiente alimentar. As segundas, principalmente no caso das plantas medicinais, localizam-se num circuito de confiança e eficácia que, muitas vezes, desafiam a ciência ocidental, como foi o caso da banca de garrafadas.

Feira, campo e atravessamentos

O objetivo inicial da pesquisa era a análise da relação do consumo alimentar nas feiras e suas diversas leituras sobre saúde e doença, também relacionadas à alimentação. Porém, a pandemia recortou a pesquisa e fez emergir novos personagens, como vírus e bactérias, que passaram a contracenar, juntamente com feirantes e consumidores nesse palco.

Com o olhar do campo mais apurado para as novas problemáticas, a presença de não-humanos, como pombos e plantas e de objetos como máscaras e frascos contendo

álcool em gel, passaram a fazer parte da análise e narrar uma nova história, que antes, parecia estar submersa. O presente artigo traz, então, uma reflexão das feiras livres de Goiânia como paisagens multiespécies, cercadas por humanos e não-humanos, em relações, ora amigáveis, ora de estranhamento. A resistência e adaptação das feiras após as diversas suspensões são, também, parte da pesquisa, demonstrando que as feiras, mais do que imensos mercados a céu aberto, fazem parte da dinâmica de sociabilidade e do cotidiano da cidade de Goiânia.

O ano 2020, de certa forma, marca um período de mudança global nas relações, sejam pessoais ou comerciais, tivemos que aprender a conviver com situações que impediam a manutenção da vida como conhecíamos. Comércio fecharam, pessoas ficaram desempregadas, a fome se tornou mais presente, as relações de raça, gênero e classe ficaram mais evidentes e morte pareceu mais banalizada do que nunca.

Tal período criou, também, novos hábitos e medos, muitos deles causados por uma enchente de informações. Além das famosas *Fake News*, houve um aumento e acúmulo de produção intelectual, que deixaram leigos e cientistas perdidos com a grande quantidade de informação produzida. Tal período ficou conhecido como “infodemia” pela OMS. (RUI, FRANÇA, MACHADO, ROSSI e ARRUTI, 2021).

No decorrer dos anos de 2020 e 2021, ideias ligadas a riscos pareceram muito palpáveis, tanto pela capacidade de transmissão da doença, pelas informações e seus altos índices de gravidade e mortalidade. Porém, as novas medidas de segurança e sanitárias que, embora fossem familiares em alguns países asiáticos, por exemplo – o uso de máscara -, para nós, brasileiros, foram marcos importantes da modificação da relação das pessoas com o restante do mundo.

Como mudanças, podemos pensar nas novas demandas de segurança, cuidados pessoais, higiene e uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) que transformaram relações sociais e o cotidiano de maneira visível, os supermercados passaram a medir temperatura⁶, exigir uso de máscara e limpeza das mãos, contabilizar consumidores, diminuir horários de funcionamento. As feiras, por outro lado, foram suspensas por diversas vezes em toda a extensão nacional. Durante o período, a

⁶ Até mesmo o uso de termômetros de testa foi alvo da infodemia. Durante as aferições, várias pessoas se recusavam a ter suas cabeças na “mira” dos termômetros, alegando risco de câncer cerebral. Esse movimento foi tão forte que os estabelecimentos passaram a fazer a medição pelo pulso.

modalidade de vendas online, através de cestas delivery, tornaram-se uma solução comum.

No caso de Goiânia, as feiras passaram por uma série de suspensões durante o ano de 2020 e 2021. Logo no início do agravamento de casos no Brasil, forma suspensas pela primeira vez através de um decreto de 13 março de 2020. Um mês depois, em 19 de abril, foram liberadas, mas deveriam seguir os protocolos de boas práticas. Um ano depois, as feiras foram vítimas de uma nova suspensão, ao serem consideradas não essenciais.

A categoria de “serviços essenciais” para a permanência do funcionamento de comércio foi bastante conflituosa, já que ideia do que é ou não essencial mudava de município para município. Aparentemente, disputas de discursos mais ou menos poderosos eram levados em conta. Por isso, as feiras, ambientes abertos que comercializam, principalmente, alimentos, foram suspensas e os supermercados, ambientes fechados, mas que comercializam, além de alimentos, itens essenciais de higiene, por exemplo, permaneceram abertos.

Com a suspensão das feiras, diversos comerciantes passaram por dificuldades, já que não dispunham de outras fontes de renda. Para sanar isso, alguns deles passaram a agir na ilegalidade. Segundo um dos feirantes, *“Às vezes [a fiscalização] chegava oito horas da manhã, nós ia embora. [...] Tem que pagar energia, tem que pagar água, tem que pôr alimento pra dentro de casa. Como é que eu paro dentro de casa?”* (Feirante 2, banca de café)

Além das dificuldades ligadas ao trabalho dos feirantes, com o retorno das feiras, o esvaziamento causado pelo medo foi, também um fator marcante para os comerciantes e para o próprio formato das feiras. Segundo alguns deles, feiras conhecidas como a do CEPAL Sul de quarta-feira, foram abandonadas por clientes e feirantes.



Imagem 1: Feira do CEPAL Sul – Quarta-feira
Fonte: Acervo Pessoal

Portanto, a Covid-19, além de nos mostrar o quanto o planeta é globalizado e interligado, evidenciou também que as políticas e soluções encontradas para frear a doença foram criadas a partir de uma lógica ocidental, hierarquizada e desterritorializada, como afirma Segata (2020), demonstrando como o pensamento ocidental hegemônico manteve suas rédeas sobre as medidas regulatórias globais.

Ou seja, confundiu-se globalização com universalização (uma “confusão” frequentemente presente nas ações imperialistas), o que homogeneiza e deslegitima necessidades e padrões diferentes das ocidentais ou euroamericanos. Esse movimento foi chamado de “globalização unilateral” por Hui (2020), porque universaliza epistemologias específicas, transformando o regional (ocidente) em global.

Segundo Segata (2020, p. 277), “surto, epidemias e pandemias não formam apenas tendências epidemiológicas. Como eventos críticos, eles expõem estruturas de sofrimento, injustiça e desigualdade”. Ou seja, o vírus e a pandemia não só trouxeram a noção de risco enquanto contágio, mas essa relação entre humanos e o vírus criou questões ainda mais complexas.

Mudamos nossa relação com o meio – é evidente que há um certo retorno à normalidade –, mas algumas marcas não serão apagadas por algumas décadas ou séculos. Pois, essas novas experiências com o coronavírus, a Covid-19 e as situações

sociais de vulnerabilidade desequilibraram certezas e padrões já estabelecidos como certos e universais, ou seja, a normalidade está sendo reinventada e o risco parece estar ainda mais iminente. (SEGATA, 2020).



Imagem 2: Álcool em gel como intermediário
Fonte: Arquivo Pessoal

Pensando nisso, podemos compreender como a relação entre humanos e outras espécies podem gerar novas formas e ressignificações da existência. Dando continuidade a essa discussão, podemos pensar através da perspectiva de relação entre humanos e não-humanos, levando em conta algumas questões como: animais, alimentos, germes e higiene e como, somado a tudo isso, a relação de confiança é mediadora de relações.

Estamos sós?

Pensar que apenas a relação humano e humano é o grande ponto de partida da Antropologia e demais ciências humanas é diminuir a importância de todas as relações humanas e não-humanas ou outros mais que humanos (coisas, objetos, tempo, animais, plantas, fungos, bactérias, vírus, entre outros) e não-humanos e não-humanos que produziram o mundo enquanto tal.

O desprezo de outros atores e a confiança em um mundo gerido, exclusivamente, por humanos nos insere na dualidade humano e natureza e/ou natureza e cultura, tão presente no discurso Ocidental, mesmo em relações estabelecidas com outras espécies que fogem do controle humano (epidemias, cataclismas, acidentes, poluição, entre outros). A Antropologia, enquanto ciência gestada no Ocidente, foi responsável por estabelecer grande parte dessas visões dicotômicas.

Autores não ocidentais (Spivak, 2010; Said, 1990; Bhaba, 2007; Mignolo, 2001; Quijano, 2009; Hui, 2020) e, em especial, indígenas e negros (Kopenawa, 2015; Krenak, 2019, 2020; Hooks, 1995; Mbembe, 2018; Gonzalez, 2020) trabalham há décadas com olhares críticos sob o *modus operandi* da sociedade capitalista e ocidental. Dessa forma, demonstram como o Ocidente deslegitima outras formas de vida que não se submetem às suas premissas, sejam elas humanas ou não. Questões como o desrespeito às outras formas de saber e à natureza, o “não levar os outros a sério”, é um ponto fundamental para pensar relações para além das ocidentais.

Podemos pensar a “civilização” a partir do que Chaparro, Maciel e Jesus (2023, p. 1) chamam de “civilização tecno científica, aquela que abdicou da razão em prol da racionalidade tecnológica, e do sentido em prol do fazer tudo, aqui e agora, sem se importar com a alteridade, nem com a vida do planeta como um ser vivo”.

Ainda dentro dessa lógica, a antropóloga Anna Tsing (2015) afirma que “o excepcionalismo humano nos cega” (p. 184), ou seja, através da certeza ocidental de uma superioridade humana, construída através da ciência e das religiões monoteístas, o Ocidente nos faz crer que, enquanto seres humanos, podemos controlar, ou melhor, domesticar outras formas de vida e acontecimentos. Por isso, muitas das narrativas científicas e religiosas desconsideram a interdependência entre espécies.

Logo, não só humanos domesticam outras espécies como também são domesticados, podemos voltar à discussão das feiras e a inserção do álcool em gel,

máscara e distanciamento no nosso cotidiano após a Covid-19. Ou ainda, como a epidemia de Vaca Louca (Encefalopatia Espongiforme Bovina), na década de 1990, foi um dos fatores determinantes para a criação de regras internacionais de exportação de alimentos. Podemos pensar, também, nas relações que estabelecemos com animais domésticos, os chamados *pets*, e como eles foram responsáveis por mudanças gerais na relação entre humano-animal. (Levi-Strauss, 2009; Haraway, 2021)

Partindo dessa constatação, podemos trazer novamente a feira para o foco do trabalho em duas frentes. Na primeira, podemos chamar da relação com as plantas e os saberes tradicionais, a partir da banca de garrafadas, tanto no que tange plantas como atores fundamentais da vida cotidiana quanto o embate de saberes tradicionais e científicos nos discursos dos próprios raizeiros. Na segunda, pensaremos na relação entre humanos e animais através de noções de higiene, saúde e doença e a relação inimizade entre seres humanos e pombos.

Plantas amigas

Podemos começar esse tópico chamando a atenção para algumas categorias importantes para pensarmos a relação entre humanos e não humanos, como pureza, perigo, contaminação. Ao entrarmos em contato com tais palavras é quase automático incluir a noção moderna de sujeira ligada aos vírus e bactérias, ou melhor, aos famosos micróbios. É interessante refletir que essa percepção foi construída juntamente com a ciência, já que ela é fruto de conhecimentos, disputas e algumas construções modernas. O mundo microscópico é responsável por muitas das descobertas do século XX e tem agido intensamente desde então.

A ideia de limpeza e sujeira, por exemplo, que também é fruto de um processo de purificação que os agentes microscópios nos ofertaram, se intensifica após as descobertas de Pasteur em 1856. E digo, nos ofertaram, porque com Pasteur, ganharam protagonismo que, posteriormente, a ciência insistiu e ainda insiste em neutralizar através de processos de purificação. (Latour, 2017; Dias, s/d)

Esse é o caso clássico da ciência que, de repente, traz à luz, agentes que antes não pareciam existir, pois, apesar da mesma ter conhecimento sobre um universo microscópico, tal universo era composto pelo que Antony Van Leeuwenhoek, o criador do primeiro microscópio, chamava de “animálculos”, os quais, segundo o cientista e sua

teoria da biogênese, eram frutos de decomposição de plantas e animais, ou seja, de matéria não viva. (Latour, 2017; Dias, s/d)

Ter a confirmação de outros seres dividindo o espaço com seres visíveis foi importante para a compreensão de doenças, processos e mudanças presenciadas no cotidiano da vida social. Uma das características da cultura ocidental, baseada naquela divisão natureza e cultura já mencionada no artigo, é o processo de purificação ou distanciamento desses seres, ou seja, se aproximar da cultura e se distanciar da natureza. Durante o campo, essa movimentação foi percebida nas próprias práticas dos comerciantes.

A prática de cuidado com a manipulação dos alimentos esteve presente com mais clareza em três bancas em que o perigo de contaminação parecia mais facilitado: esses eram os casos das bancas de queijo, guariroba e de garrafadas, para o presente artigo, vamos pensar um pouco melhor sobre a última.

No caso da banca de garrafadas, diferente das outras, a divisão cultura e natureza não parece fazer sentido, pois há uma noção de continuidade entre os dois extremos. O fato dos produtos se inserirem em uma perspectiva de saber tradicional parece disputar com a ciência, mas não na dicotomia Natureza e Cultura e, diferente dos outros produtos vendidos na feira, as garrafadas se afastam da classificação de alimento, pois possuem função de cura, aproximando-se da classificação de medicamentos.

O conhecimento presente na formulação dos produtos de seu Carlos Robertos está vinculado a um saber que foi passado de geração em geração e não adquirido através da educação escolar. Durante a entrevista, o raizeiro relata: “Aprendi isso com umas pessoas que tinham idade na minha família, minha avó, outros parentes, então, só fui aprender com a família”.

Pensando nessas controvérsias, não é em vão que um dos principais pontos de sua fala se centrava na disputa entre saberes médicos e saberes tradicionais. Para isso, ele relata que a sua primeira garrafada para mulheres foi para uma moça que não poderia ter filhos, segundo os médicos. Dois meses depois de tomá-la, engravidou.

Suas garrafadas são voltadas, no geral, para o público feminino e tratam infecção, dificuldade de engravidar, promovem, também, o que ele chama de limpeza de útero. Ao ser perguntado sobre como ele se estabeleceu enquanto raizeiro, ele respondeu: “quando comecei, comecei com nada. Só com um pouquinho de trem e aí foi

só revalidando, revalidando... e pessoas mais velhas veio para apresentar mais coisas, aprender mais”

Ao dizer que seus conhecimentos e eficácia de seus produtos passaram por processo de revalidação por parte de sua clientela e por enriquecimento por parte de ‘pessoas mais velhas’, seu Carlos Roberto se aproxima muito do que Lévi-Strauss (1976) discute sobre a Ciência do Concreto. “Para elaborar as técnicas, muitas vezes longas e complexas, que permitissem cultivar-se terra, ou então, ainda utilizar essa toxicidade para a caça, a guerra, o ritual, foi preciso, não duvidamos, uma atitude de espírito verdadeiramente científica[...]” (Lévi-Strauss, 1976, p. 35)

A revalidação, portanto, se ancora na efetividade ou na eficácia dos seus conhecimentos para a produção de garrafadas e, ao mesmo tempo, o conhecimento vai se acumulando com a ajuda de outros agentes – pessoas mais velhas e maior intimidade com o universo das plantas. Sem a presença das plantas e de seu ordenamento e classificação, a relação planta-raizeiro-pacientes não seria possível.

Pensando nisso, podemos continuar com o auxílio de Lévi-Strauss (1976) que, ao fazer uma longa revisão de diversos antropólogos e historiadores relacionada ao saber de variados povos, admite que existem formas distintas de pensamento científico, ou seja, o pensamento científico moderno não inaugura o conhecimento baseado em experimentações, observação e classificação do mundo sensível que têm como função a organização do caos do mundo.

Pensar outros saberes não ocidentais embaça as fronteiras entre um e outro e transparece que a divisão Cultura x Natureza é um constructo cultural, simbólico e ideológico. Trago o exemplo das garrafadas por dois motivos: o primeiro, é a relação de aproximação do universo não-humano (plantas) que se produz com as garrafadas e, o segundo, o questionamento do saber médico (humano/cultura/ocidente) pelo raizeiro e sua clientela, ao confirmar que é possível fazer ciência de outro modo. Em ambos os casos, a agência das plantas está presente.

No caso da profissão de raizeiro, a flora é uma grande aliada para a continuação de suas práticas e perpetuação de seus saberes. Não se faz garrafadas com monoculturas e a presença das plantas nativas é fundamental. No caso de seu Carlos Roberto, ao ser questionado como ele acessa as plantas, ele responde “algumas eu apanho, outras eu ganho”.

Há, portanto, uma rede de trocas de plantas medicinais, além da colheita, embasada no conhecimento e intimidade com o reino vegetal, como relevo, temporalidade e localização. Porém, grandes monoculturas ou cultivares tendem a suprimir a diversidade de espécies de plantas da quais o raizeiro precisa. A presença das plantas e suas funções, reafirma vegetais enquanto agentes e a sua agência é bem-vinda nessa relação, que é domesticada, ou seja, é familiar. São suas propriedades juntamente com o talento do raizeiro que farão a diferença.

Aves inimigas

Se, por um lado, as plantas são amigas, alguns animais são vistos como inimigos, não só apenas por comerciantes e clientes, mas pelo próprio Estado. Ao classificar certos animais enquanto “fauna nociva”, cria-se uma relação de estranhamento entre humanos e não humanos. Participam dessa classificação animais peçonhentos, como aranhas, lacraias, escorpiões e cobras; animais transmissores de doença e que passaram a ocupar o espaço urbano, como ratos, morcegos e, nossos atores, os pombos.

O IBAMA nomeia de “animais sinantrópicos nocivos” esse conjunto de animais pouco bem-vindos na convivência urbana. Eles, de certa forma, representam perigo e, aqui, podemos, novamente, retomar a dimensão cultura e natureza dentro da perspectiva de pureza e perigo. De acordo com a Instrução Normativa 141/06 a fauna Sinantrópica nociva consiste na *“fauna sinantrópica que interage de forma negativa com a população humana, causando-lhe transtornos significativos de ordem econômica ou ambiental, ou que represente riscos à saúde pública”*. (Moreno, 2021).

Nas pesquisas iniciais sobre as feiras, uma das questões basilares giravam em torno da operacionalização dos riscos sanitários dos alimentos em feiras pelos consumidores e comerciantes. Com o decorrer da pesquisa, categorias como higiene, comida e consumo foram reordenadas. Atores “bactérias” sempre perpassavam por discursos dos consumidores, que de certa forma, estabelecia um acordo: “se estou na rua, estou disposto a correr certos riscos”.

Além do risco da manipulação dos alimentos ali consumidos, a produção de lixo durante as feiras e o próprio ambiente externo, que parece sempre mais perigoso que a “segurança do lar”, abre espaço para outras relações, que não apenas com

bactérias-alimentos-feirantes. Entram em cena, agora, animais que nem sempre estão presentes no acordo anterior, por isso, são associações indesejadas. Esse é o caso dos pombos.

Durante as minhas visitas a campo, a presença dos pombos eram as mais incômodas. Em especial no CEPAL Sul, às quartas-feiras, a presença maciça desses animais era constante e eles eram frequentemente espantados pelos feirantes. Estavam em todos os lugares e aproveitavam a ausência dos comerciantes ou a atenção voltada para os clientes para ocupar espaços nas bancas, por isso, não era raro vê-los pousar sobre as bancas, próximos ou em cima de alimentos.

Como nesses dias as feiras eram mais esvaziadas, pombos ocupavam o local de forma mais agressiva. Com mais espaço e sendo familiarizados com humanos, não se incomodavam ao serem espantados e, por vezes, se mantinham próximos e na espreita para aproveitarem uma nova oportunidade. Em algumas bancas, como a de milho, a presença dos animais não parecia incomodar tanto, talvez não por não serem indesejados, mas por serem inevitáveis.



Imagem 3: Pombos da feira do CEPAL – Quarta-feira
Fonte: Acervo pessoal

Os pombos⁷ possuem uma relação conturbada com a população urbana no Brasil e são, em geral, animais que carregam o peso de ser uma “praga urbana”, muitas vezes chamados de “ratos com asas”. Diferente de outros países que fazem consumo alimentar desses animais, como europeus e asiáticos, no Brasil eles são considerados uma carne proibitiva, ou seja, estão inseridos na ordem de tabu alimentar. Tem-se uma relação de nojo e distanciamento com esses animais, embora eles estejam presentes em praticamente todas as paisagens urbanas brasileiras.

O que nos leva a crer que nem sempre a relação estabelecida numa paisagem é amistosa.

Trata-se, assim, de pensarmos as paisagens não como “palcos” ou “cenários”, mas como entes que são justos as formas em devir configuradas tensionalmente pelos partícipes ativos de todos os seres que, juntos, constituem rítmica e mutuamente o mundo, por onde se movimentam e vibram como possibilidades de coexistências (Silveira, 2020). Neste sentido, paisagens multispecíficas é sobre não ser, não viver e não se produzir sozinho. (Vander Velden e Silveira, 2021, p. 4)

Em Goiânia, a relação conturbada entre pombos e humanos já foi pauta de projetos de leis municipais. Em 2009, o então vereador Maurício Beraldo (PSDB), propôs o uso de anticoncepcionais para reduzir a população de pombos na capital. Essa prática é vista com cautela pelo IBAMA, já que pode afetar a reprodução de aves não-alvo e interferir na fauna local.

Atualmente, a lei municipal 8852/2009; relacionada ao controle de pombos em Goiânia é educativa e dispõe sobre ações de controle de natalidade. A lei sanciona campanhas educativas relacionadas à posse de aves domésticas e proíbe a alimentação de pombos em praças ou outros locais públicos. O descumprimento da lei pode gerar ações socioeducativas e multas.

Como falamos, ações como o controle de natalidade através de anticoncepcionais não são muito eficazes e podem gerar prejuízos para a diversidade da fauna. Porém, reduzir a oferta de alimento pode ser eficaz para a diminuição da quantidade de animais. Segundo Ferreira (2012), reduzir a alimentação reduz, também, a postura de ovos, refletindo na diminuição da superpopulação. Percebe-se, então, que a

⁷ “As principais aves sinantrópicas encontradas nas grandes áreas urbanas no Brasil são da Ordem Columbiformes, mas comumente o pombo-doméstico (*Columbia livia*) e, em algumas regiões, os pombos-de-bando (*Zenaida auriculata*). Os Columbiformes têm vasta distribuição no planeta, são granívoros e frugívoros, com excelente capacidade de voo e convivem em bandos. (FERREIRA, 2012, p. 18)

alimentação é um importante elemento de aproximação e aumento da população desses animais.

Em relação ao medo ou ao nojo que o contato entre os pombos e humanos produz, está ligado ao fato de que esses animais são considerados vetores de diversas doenças. Segundo Ferreira (2012), em alguns estudos mais recentes, foram relacionados 60 patógenos envolvendo as doenças em pombos. Alguns deles representam um grande potencial de risco para a avicultura e para a saúde pública, como o caso da *Salmonella spp* e a *Chlamydia psittaci*, também conhecida como ornitose. (Ferreira, 2012; Rocha-E-Silva; Maciel; Teixeira; Salles, 2014)

Ao observar ambientes multiespecíficos, é possível perceber que existem mais participantes do que somos capazes de enxergar em uma primeira observação. Esses seres, embora não sejam vistos a olho nu, como no caso dos patógenos carregados e transmitidos pelos pombos, são intermediários e fazem parte da relação humana as aves.

Percebe-se, então, que a relação humanimal nas feiras passa pelos microrganismos e causam uma relação nada amistosa, embora haja um limite de tolerância para a presença dos animais na feira. Além dessas relações descritas, não podemos esquecer que existe um processo longo de intermediação entre animais e humanos, como leis, instituições e ações que, de tempos em tempos, aparecem na disputa.

Mas, dentro do universo humano não são apenas os pombos (pobres coitados) que aparecem como veículos para o adoecimento humano. Diversos patógenos, como os da dengue, malária, febre amarela, doença da vaca louca, gripe aviária, varíola dos macacos e, supostamente, ebola⁸, HIV⁹ e o do próprio vírus da Covid-19 parecem ter surgido da aproximação humanos e não-humanos.

⁸ Ebola, assim como HIV e Covid-19, não possui uma origem clara, mas acredita-se ter sido originada do contato com algumas espécies de morcego. (BRASIL, s/d)

⁹ A origem do HIV ainda é bastante obscura. Segundo um artigo publicado na Revista Science, em 2014, há a possibilidade do HIV que vitimou mais de 75 milhões de pessoas, ter surgido de algumas mutações de um tipo de HIV presente entre chimpanzés na República Democrática do Congo. No referido artigo, os autores incluem o desenvolvimento de meios de transportes e as mudanças sociais como grandes aliadas para a transmissão do vírus. (FARIA; RAMBAUT; SUCHARD; BAELE; BEDFORD; WARD; TATEM; SOUSA; ARINAMINPATHY; PÉPIN, 2014)

Considerações Finais

Considerar as feiras como microuniversos multiespecíficos, nos possibilita enxergar a possibilidade de criação de laços e relações, constituídas por redes de confiança e amizade, que fazem dessas manifestações culturais, locais que transbordam a função comercial. Por um lado, a confiança e a amizade neutralizam a ação dos não-humanos indesejados, como no caso das bactérias e outros riscos ligados à contaminação. Por outro lado, é a mesma rede de amizade que intensifica e oficializa a eficácia da ação dos não-humanos, como nos casos das plantas e sua ação curativa.

Enquanto paisagens multiespecíficas, a feira também guarda relações de sociabilidade entre humanos e não-humanos indesejados, que embora façam parte da paisagem e convivam entre si, sua presença sempre remonta a um risco maior do que o ligado a qualquer alimento comercializado ali.

Referências

AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA. 2014. *Resolução RDC N° 14*, de 14 de março de 2014. Dispõe sobre matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos e bebidas, seus limites de tolerância e dá outras providências. Diário Oficial União.

BHABHA, Homi. 2007. *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG.

BRASIL. 1971. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. PND 1972/1974, Brasília.

BRASIL. 2020. Ministério da Agricultura e Pecuária. *Fiscalização - Empresas Autuadas*. [Brasília]: Ministério da Agricultura e Pecuária. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/fiscalizacao-empresas-autuadas> Acesso em 17 de nov. de 2023

CHAPARRO, Yan Leite; MACIEL, Josemar de Campos; JESUS, Davi Nilo de. 20 jun. 2023. “A era do antropoceno e contextos de emergências e desastres: reflexões com e a partir das populações tradicionais e sociedades indígenas”. *Revista Nanduty*, [S.L.], v. 11, n. 17, p. 1-8, Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/nty.v11i17.17218>

DIAS, Ingrid da Silva. *A História do surgimento da Microbiologia: Fatos Marcantes*. Disponível em: <https://www.microbiologia.ufrj.br/portal/index.php/pt/destaques/novidades-sobre-a-micro/384-a-historia-do-surgimento-da-microbiologia-fatos-marcantes#:~:text=A%20Microbiologia%20como%20conhecemos%20nos,ele%20nom%20eou%20como%20E%20%80%9Canim%C3%A1culos%E2%80%9D>. Acesso em: 20 de jun. 2023

FARIA, Nuno R.; RAMBAUT, Andrew; SUCHARD, Marc A.; BAELE, Guy; BEDFORD, Trevor; WARD, Melissa J.; TATEM, Andrew J.; SOUSA, João D.; ARINAMINPATHY, Nimalan; PÉPIN, Jacques. 3 out. 2014. "The early spread and epidemic ignition of HIV-1 in human populations. *Science*", [S.L.], v. 346, n. 6205, p. 56-61. *American Association for the Advancement of Science (AAAS)*. <http://dx.doi.org/10.1126/science.1256739>.

FERREIRA, V. L. 2012. *Avaliação sazonal do perfil sanitário de pombos-domésticos (Columba livia) em áreas de armazenamento de grãos e sementes no Estado de São Paulo*. 78f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

GRAHAM, Richard. 2013. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780 - 1860)*. Tradução Berilo Vargas. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras..

GOIÂNIA. *Feiras*. Prefeitura de Goiânia. Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/Dados/uploads/arquivos/2/431516431481481.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

GOIÂNIA. 2009. *Lei Nº 8852, de 29 de outubro de 2009*. Dispõe sobre a política de controle da natalidade de pombos e dá outras providências. GO: Diário Oficial do Município de Goiânia.

GONZALEZ, Lélia. 2020. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.

HARAWAY, Donna. 2021. *O manifesto das espécies companheiras : cachorros, pessoas e alteridade significativa*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

HOOKS, Bell. 1995. "Intelectuais negras". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-476.

HUI, Yuk. 2020. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora.

IBAMA. *Instrução Normativa nº 141, de 19 de dezembro de 2006*: Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.

IBGE. *Estado e Cidades do Brasil: Goiânia*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama>. Acesso em 15 de nov. 2023

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu*. Palavras de um xamã Yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.

KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras.

- KRENAK, Ailton. 2020. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LATOUR, Bruno. 2017. *A esperança de Pandora*. São Paulo: Unesp.
- LEVI-STRAUSS, Claude. 2009. A lição de sabedoria das vacas loucas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 206-211.
- LEVI-STRAUSS, Claude. 1976. *O pensamento selvagem*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Nacional.
- MASCARENHAS, G. 2005. Ordenando o espaço público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. IX, núm. 194 (62).
<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-62.htm>> [ISSN: 1138-9788] Acesso em 25 de ago de 2020
- MBEMBE, A. 2018. *Necropolítica*. 1ª edição [2003]. São Paulo: N-1 Editora.
- MIGNOLO, Walter. 2003. *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MORENO, Sarah Maria. 2021. “Paisagens portuárias: uma etnografia das relações entre humanos e pombos no porto de santos”. In: *Ñanduty*. v. 9, p. 272-301.
- QUIJANO, Anibal. 2009. “Colonialidad del Poder y Des/colonialidad del Poder”. In: *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*, Buenos Aires, 2009
- ROCHA-E-SILVA, Roberta Cristina da; MACIEL, William Cardoso; TEIXEIRA, Régis Siqueira de Castro; SALLES, Rosa Patrícia Ramos. 2014. “O pombo (*Columba livia*) como agente carreador de *Salmonella spp.* e as implicações em saúde pública”. *Arquivos do Instituto Biológico*, [S.L.], v. 81, n. 2, p. 189-194. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1808-1657000702012>.
- RUI, Taniele; FRANÇA, Isadora Lins; MACHADO, Bernardo Fonseca; ROSSI, Gustavo; ARRUTI, José Maurício. 2021. “Antropologia e pandemia: escalas e conceitos”. *Horizontes Antropológicos*, [S.L.], v. 27, n. 59, p. 27-47. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832021000100002>
- SAID, Edward W. 1990 *Orientalismo: oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTANA, F. T. M., & SOARES, M. R. 2009. “Reformas Passos: cem anos de uma intervenção excludente”. In: *XII Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Montevideo: GEGA.
- SATO, Leny. 2012. *Feira Livre: organização, trabalho e sociabilidade*. São Paulo: Edusp.

SEGATA, Jean. 2020. “Covid-19, biossegurança e tecnologia.” *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 57, p. 275-313. Acesso em: 20 de jun. de 2022

SPIVAK, Gaiatry Chakravorty. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

TSING, Anna. 2015. “Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras”. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177–201. DOI: 10.5007/2175-8034.2015v17n1p177. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177>. Acesso em: 18 nov. 2023.

VANDER VELDEN, Felipe e SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. 2021. “Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas.” In: *Ñanduty*. v. 9, p. 1-18.